

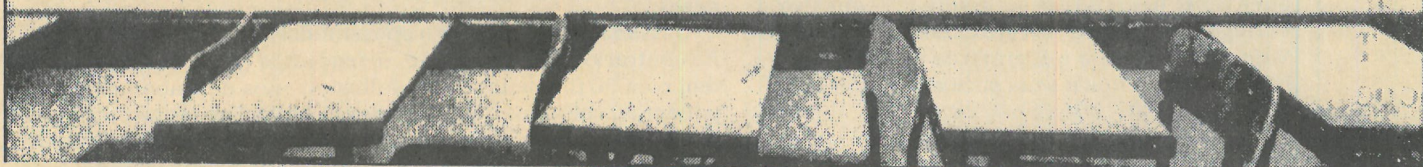
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 85 - 1ª QUINZENA DE ABRIL DE 1995 - SOLIDÁRIO: R\$ 1,00 - NORMAL: R\$ 0,50

**Os professores apontam o caminho para
enfrentar a ofensiva do governo**

GREVE



**Abaixo o Plano Real Neoliberal!
Abaixo a Reforma
Constitucional Entreguista!
Abaixo o governo
pró-imperialista de FHC!**

**Em defesa da vida das massas:
Greve Geral para derrubar o plano!
Frente Revolucionária Antiimperialista!
Construir o Partido
Operário Revolucionário!**

Dois programas opostos: o da burguesia e o do proletariado

O programa antinacional e antipopular do governo

O programa de Fernando H. Cardoso entrega o país para o capital imperialista, limita ainda mais a soberania do Brasil semicolonial, destrói conquistas elementares de sobrevivência dos trabalhadores, sucateia a economia, traz a recessão e o desemprego em massa. Eis os pontos:

1. Acaba com a aposentadoria por tempo de serviço. Pretende obrigar o assalariado e camponês pobre a trabalharem até o fim de suas vidas, contribuindo por 40 anos com a Previdência, aposentando-se na beira da morte, se não morrer antes de fome.

2. Privatiza a Previdência a partir do teto de 5 salários mínimos. O objetivo é mais à frente privatizar de vez em todas as faixas. Transforma assim a Previdência em fonte de lucro para os banqueiros e seguradoras.

3. Privatiza inicialmente o ensino público universitário, que hoje responde a apenas 30%, o restante dos 70% já estão mercantilizados por empresários e Igrejas. O objetivo é ampliar o máximo a privatização atingindo todos os níveis.

4. Quebra a estabilidade do funcionalismo para poder demitir livremente e rebaixar os salários. O objetivo mais estratégico é chegar à chamada flexibilização trabalhista, que quer dizer pôr fim a qualquer proteção conquistada pelo trabalhador, a exemplo do aviso prévio, 13º salário etc.

5. Destruição do monopólio estatal do petróleo, energia, matérias-primas, telecomunicações e infraestrutura, através da privatização. Inicialmente, o governo qualifica de flexibilização, que quer dizer desestatização gradual. O objetivo é entregar totalmente a Petrobrás, a Telebrás, a Vale do Rio Doce e a Eletrobrás para os capitalistas estrangeiros e seus sócios menores brasileiros.

6. Aumentar os impostos pagos pela população e reduzir os orçamentos dos estados e municípios. É a chamada reforma fiscal.

Para sustentar a superexploração, o governo ainda toma as seguintes medidas.

1. Vetar o miserável reajuste do salário mínimo de 70 reais para 100. Diz que em maio dará os 100. Puro cinismo, em maio a inflação já elevará o mínimo próximo a este valor, o que significa que não melhorará em nada.

2. Abolir o repasse inflacionário integral depois de um ano. É o que chama de fim da indexação salarial e "livre" negociação. O reajuste anual permaneceria, mas sem a obrigatoriedade do patrão reajustar integralmente a inflação do período. Pensa-se também em um novo método de cálculo, que combine a inflação passada e uma previsível inflação futura. É uma tentativa de impor novo arrocho, expurgando uma parcela das perdas passadas.

3. Faz demagogia com a reforma agrária, para enganar os camponeses descontentes e auxiliar a oligarquia latifundiária no combate ao movimento dos sem-terra.

4. Toma medidas recessionistas contra o consumo. O resultado é a volta das ondas de demissões. Os juros altos protegem os credores internos e externos, enquanto às massas é barrado qualquer acesso às mercadorias via crediário.

O programa do proletariado

Trata-se de defender a vida das massas contra a exploração e a desintegração do capitalismo. Contrapõe-se ao entreguismo neoliberal e à opressão nacional, por isso é antiimperialista. Objetiva arrancar (expropriar) as fábricas, as terras, os bancos e o grande comércio do poder da classe burguesa, por isso é anticapitalista, socialista.

1. Implantação do salário mínimo real, hoje de 800 reais. Reajustado automaticamente de acordo com a inflação. Essa medida protege milhões de operários agrícolas, operários urbanos, empregados do comércio e aposentados. É a condição mínima para não se passar fome.

2. Repor todas as perdas ocorridas com os vários Planos. Trata-se de reconquistar os valores que foram expropriados com a inflação.

3. Fim do reajuste anual e implantação da escala móvel de reajuste dos salários. Isto quer dizer que, conforme sobe a inflação, sobem automática e igualmente os salários. É a única maneira real de proteger os trabalhadores contra as crises inflacionárias.

4. Redução da jornada de trabalho para 6 horas, como ponto de partida para se implantar a escala móvel das horas de trabalho, sem redução dos salários. A jornada de trabalho deve ser reduzida até o ponto que haja trabalho para todos. O desemprego é uma chaga do capitalismo, que mutila o trabalhador, desagrega sua família, o desmoraliza e o liquida. Nossa bandeira é: Nenhum trabalhador fora da produção. Rechaçamos a chamada "demissão voluntária" e denunciamos Meneguelli, Vicentinho, Lula, Paulinho, Medeiros, que as aceitam.

5. Terra aos camponeses pobres. Essa tarefa só pode ser cumprida mediante a destruição do poder latifundiário. Trata-se de expropriar os latifúndios através do movimento revolucionário de ocupação das terras. A farsa reformista dos assentamentos é inaceitável. Nada de paliativo para arrefecer a luta dos camponeses.

6. Nada de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. Ao contrário de sua extinção, defendemos que todos se aposentem com 30 (homens) e 25 (mulheres) anos de trabalho. Principalmente, operários e camponeses são sacrificados na produção. Suas vidas são consumidas por tremendo esforço físico e más condições de existência. Também é preciso aposentar mais cedo para permitir os jovens ingressarem na produção cada vez mais fechada. Não aceitamos os argumentos capitalistas de que se quebrariam.

7. Nada de acabar com a estabilidade do funcionalismo. Muito pelo contrário, a estabilidade deve ser estendida para todos assalariados. O capitalismo está afundando e traz o desemprego em massa. É preciso defender a fonte de trabalho a qualquer custo, porque está em jogo a vida dos assalariados.

8. Ensino público, laico, gratuito e autônomo em todos os níveis para todos. Estatização de todo sistema de ensino, sem indenização alguma aos capitalistas e Igrejas. O mesmo se refere à saúde. Enquanto a doença for motivo de lucratividade, as indústrias químico-farmacêuticas estiverem sob o controle das multinacionais e os convênios médicos explorarem a maioria não poderá se socorrer da medicina.

9. Teto aos sem moradia. O desemprego e os baixos salários não têm permitido os operários terem sequer um barraco. Os altos aluguéis, por sua vez, têm deixado famílias inteiras no relento. Enquanto isso, as construtoras de apartamentos de luxo vêm concentrando mais e mais riquezas. A solução que favorece as massas é a nacionalização de todo solo, sem indenização dos capitalistas, e estatização da construção civil.

10. Nenhuma privatização. Nada de desnacionalizar a economia, entregando os ramos produtivos ao capital imperialista e seus lacaios internos. A tarefa é bem outra. Trata-se de estatizar os monopólios privados, para que o país possa fazer frente à desintegração mundial. Somente a expropriação revolucionária pelo proletariado das indústrias, bancos, terras e grande comércio torna possível colocar a economia a serviço de quem trabalha.



11. Não pagar a dívida externa e interna para os agiotas internacionais e nacionais que sugam todos os esforços produtivos. Estas dívidas prendem o Brasil semicolonial nas garras do capital financeiro, que saqueia, promove as crises e joga uma nação contra outra.

12. Lutar pela conquista do Estado através da insurreição de massa. Um programa de defesa dos explorados e de transformações históricas do capitalismo para o socialismo só tem valor se se concentrar na tarefa de implantar um governo operário e

camponês, que exercerá a ditadura do proletariado contra a reação imperialista e da burguesia nacional.

13. Pôr em pé uma Frente Revolucionária Antiimperialista. De posse do programa revolucionário, as massas operárias, camponesas e de classe média urbana arruinada devem se unir contra a ofensiva do imperialismo, concretizada pelo governo de FHC. Está colocado formar comitês por todo país em torno do programa antiimperialista e anticapitalista.

Alerta aos trabalhadores

É preciso unir operários, camponeses e demais trabalhadores num só movimento contra o Plano de fome e miséria de Fernando H. Cardoso.

O governo diz que não dará prioridade, neste momento, para a mudança no regime de aposentadoria. Isso não quer dizer que abandonou a intenção de acabar com a aposentadoria por tempo de serviço e privatizar a Previdência Social. Pelo contrário, está dando um tempo para obter apoio dos parlamentares receosos com a reação popular.

Nesta última semana de março, o governo conversou com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para também aumentar o apoio às medidas antipopulares. Fernando H. Cardoso sabe que os reformistas do PT e a burocracia sindical dependem da CNBB. A fala de D. Evaristo Arns de crítica ao excesso de neoliberalismo, que pretende também taxar os ganhos da Igreja, serviu de estímulo para a CUT programar manifestações.

Os partidos metidos na reforma constitucional e muito divididos (PSDB, PFL, PMDB, PPR etc) receiam que as manifestações, mesmo que controladas e ineficazes, acabem por abrir canal para a revolta popular, que vem se gestando através de inúmeras greves. Por isso, a CNBB foi procurada. Os bispos acabaram simpáticos ao governo e poderão influenciar o PT e a CUT para não alimentarem o descontentamento dos oprimidos com as violentas medidas de seu plano de fome e miséria.

Ao contrário disso, devemos exigir que a CUT convoque grandes manifestações e organize seriamente a greve geral por tempo indeterminado para quebrar a política antioperária e pró-imperialista

do governo vendido.

Há mais um outro ponto da manobra do poder burguês que deveremos prestar atenção. O governo quer abaxiar a poeira em torno da aposentadoria para poder impor as privatizações, sem que haja manifestações contrárias da população, que está abrindo os olhos para o significado da entrega das estatais para o capital estrangeiro.

O raciocínio é o seguinte: “os trabalhadores só se interessam pelo problema da aposentadoria, porque lhes afeta diretamente, então vamos deixá-la para depois e votar agora a ordem econômica, que privatiza as estatais e abre o país inteiramente para as multinacionais”. É assim que pensa o governo e seus partidos. Não podemos deixar nos enganar. O que existe é um plano geral que inclui desde as privatizações até o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Ele é inteirinho ditado pelas potências imperialistas, tendo à frente os Estados Unidos.

Nossa luta é: Pela unidade dos oprimidos, organizar a greve geral contra o governo antinacional e antipopular e pela constituição de uma Frente Revolucionária Antiimperialista, que defenda um programa de defesa da vida dos trabalhadores, contra a entrega do país ao imperialismo e pelo socialismo.

NACIONAL



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS

O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

Governo manobra para dar fôlego ao Plano Real

A falência do neoliberalismo na América Latina está provocando uma crise prematura no Plano Real. A relativa estabilização econômica conseguida com a queda da inflação mostrou-se artificial. Baseava-se ex-

clusivamente na valorização artificial do Real diante do dólar. Isso foi possível devido às reservas cambiais acumuladas pelo governo, que estavam em cerca de 43 bilhões de dólares, e com o pagamento de juros e dividendos altíssimos ao capital especulativo internacional. O grande volume de dólares no mercado brasileiro permitiu a "mágica" queda da inflação por um período de mais de 9 meses. A estabilização alcançada com o plano era frágil, mas estava voltada a permitir a eleição do governo FHC e a realização das reformas constitucionais antinacionais e antipopulares, que dariam uma base mais sólida ao plano econômico. Ou o governo faz a revisão constitucional pró-imperialista ou abre-se uma crise revolucionária no país, com um governo que não governa, uma burguesia extremamente dividida e com as massas impulsionadas à luta pela brutal redução das suas condições de vida.

Crise mexicana e argentina gera revoada de dólares

As multinacionais e o capital financeiro perceberam que a crise do México não era um fenômeno isolado. O neoliberalismo demorou uma década para ser aplicado no continente e em dois anos levou os países atrasados à falência. Os especuladores sabem que o risco das aplicações na América Latina se multiplicou. Por isso gran-

de parte do capital financeiro começa a se prevenir de uma quebradeira que ronda como um fantasma as economias latinas. No Brasil, a fuga de capitais chegou a 1 bilhão por semana em março.

Aliado a isso, a balança comercial completou quatro meses seguidos de prejuízo, num total acumulado de cerca de 3 bilhões de dólares.

A diminuição dos dólares no mercado interno e a queda das reservas cambiais pressionam para cima o valor da moeda americana, e reduzem a capacidade do país de bancar os investimentos estrangeiros. A esperança do governo era a realização da reforma constitucional, que daria condições ao Estado de continuar sustentando os mecanismos econômicos ditados pelo imperialismo. Mas a tremenda divisão da burguesia tem bloqueado a reforma, e o artificialismo do plano vai se esgotando. Por isso o governo foi obrigado a tomar medidas de contenção das importações e estímulo às exportações e desvalorizou o Real. Trata-se de uma manobra, que tem por objetivo ganhar tempo para as negociações e disputas interburguesas no Congresso ao redor da reforma constitucional.

A tendência é de agravamento da crise

As frações burguesas mostram-se divididas entre a entrega total ao imperialismo e a negociação para se chegar a um meio termo que modere o ritmo e o alcance da reforma. Sabe-se que a aplicação da reforma significará a quebra de vários setores burgueses. O governo FHC mostrou-se incapaz de realizar a reforma em blocos que coloquem em votação vários pontos da reforma ao mesmo tempo. As oligarquias que controlam o Congresso fariaram a emenda da Previdência e o governo foi obrigado a retroceder. Agora FHC pretende atacar um problema de cada vez: escolheu a questão da privatização dos monopólios, que tem maior unidade entre a burguesia e conta com menor resistência das massas. Mas adiou a reforma tributária e fiscal e não sabe como fará a reforma na previdência com uma rejeição tão grande das massas ao fim da aposentadoria.

A inflação se recoloca com a desvalorização do Real. As pressões burguesas por aumento dos preços tem sido fortíssima. O governo tem tomado medidas de contenção do consumo

para tentar segurar a inflação um pouco mais. As medidas recessivas vão aumentar o desemprego, que já atingiu 300 mil trabalhadores em poucas semanas.

A incapacidade do governo de realizar a aplicação do plano neoliberal ditado pelo imperialismo vai acumulando potencial para a crise. Se a burguesia não consegue negociar a aplicação de um plano que lhe cortará a carne em situação de relativa estabilidade econômica, menos ainda se a crise se desenvolver com inflação e recessão elevadas, e com as massas nas ruas contra o arrocho e a miséria.

As massas sentem o peso da crise. Ou elas se levantam ou serão ainda mais pisadas

O resultado da plano Real neoliberal e a reforma constitucional terão conseqüências graves aos assalariados. O salário arrojado e sem reajustes, o desemprego, o fim da aposentadoria por tempo de serviço, a falência da saúde e educação, o fim dos direitos trabalhistas etc. são o resultado da política econômica ditada pelo imperialismo ao país. Cada reivindicação, por mais imediata que seja, se choca contra o plano, o governo, a burguesia e o imperialismo. Por outro lado, o capital financeiro depende da aplicação do plano ao país para manter a alta e artificial lucratividade. Numa economia mundial limitada pelo mercado estrangulado, o capital financeiro só pode manter o parasitismo gigantesco esmagando os países semicoloniais.

As reivindicações de salário mínimo real, fim das demissões, redução da jornada de trabalho, escala móvel de salários e emprego, terra, moradia, saúde e educação precisam se ligar para que a unidade do movimento de massas nacional impeça a aplicação do plano neoliberal através da luta grevista. As reivindicações precisam estar ligadas à defesa da luta antiimperialista. A greve geral coloca-se como instrumento para barrar a ofensiva capitalista e defender as condições de vida das massas. Que a CUT, os sindicatos e organizações populares se coloquem por essa linha: abaixo o plano real neoliberal, abaixo a reforma antinacional e antipopular, abaixo o governo pró-imperialista de FHC, Greve Geral contra o plano, Frente Única Antiimperialista.



A divisão da burguesia e a crise prematura do governo FHC

Três meses de governo foram suficientes para revelar a crise do regime político, que vem se desenvolvendo de etapa em etapa, desde a quebra do governo nacionalista de João Goulart (1964), esgotamento do regime militar e instabilidade crônica dos governos democratizantes da última década. Frente ao Plano antinacional e antipopular de Fernando H. Cardoso, manifestam-se novos desdobramentos da divisão interburguesa e da luta dos trabalhadores.

O Estado, como organização central da burguesia, e o regime político, como responsável pelo funcionamento do Estado, se assentam na base econômica. A política econômica é a coluna vertebral de qualquer governo. Através dela, a burguesia mantém em funcionamento o sistema de exploração do trabalho e administra os interesses dos capitalistas contra as massas exploradas.

O Estado está obrigado a dirigir, em linhas gerais, a economia através da política. É por isso que o marxismo, ciência do proletariado, conceituou que a política é a economia concentrada. Em relação ao Estado patronal, isto quer dizer que, de um lado, qualquer governo tem a função de auxiliar os capitalistas a melhor explorarem a maioria trabalhadora, de outro, resolver as disputas de interesses entre as diversas frações burguesas (industriais, banqueiros, exportadores, importadores, latifundiários, comerciantes etc).

De todas as funções, a primordial é a de assegurar a ditadura de classe da burguesia contra a classe operária e demais explorados. Quanto mais o governo é capaz de assegurar a exploração sem turbulência grevista, mais o regime político é estável, o que quer dizer que é mais fácil também administrar os conflitos interburgueses. Ocorre que a economia tem suas leis internas de funcionamento próprio. Tanto é que foi a economia que criou o Estado e não vice-versa. É claro que num processo histórico de inter-relação. Os homens criaram a economia e o Estado correspondente, dividindo-se em classe.

É importante compreendermos a relação entre a economia e a política, para sabermos o porquê de tamanha instabilidade dos governos burgueses democratizantes, particularmente de Fernando H. Cardoso. O porquê da divisão entre os próprios partidos que sustentam o novo governo e os impasses armados em torno da reforma constitucional.

Era de se esperar que a Frente PSDB/PFL, vencedora nas eleições e logo acrescida do ingresso do maior partido, o PMDB, sendo a força majoritária no Estado, pudesse impor as reformas e estabilizar o regime político por um período. Entretanto, rapidamente, a tal frente se encontra em frangalhos e o engenhoso Plano Real está prestes a naufragar.

Acontece que a crise econômico-financeira no Brasil é reflexo da desintegração mundial do capitalismo. Novamente, vem se manifestando já há algum tempo a crise de superprodução, causando feroz guerra comercial entre as potências e alimentando tendências à recessão, que provoca quebraadeiras e desemprego em massa. Ao mesmo tempo, cresceu em níveis extraordinários a massa de capital financeiro (moeda), que não tem como ser aplicado numa situação de crise de superprodução e que precisa ser constantemente valorizado através da especulação, via de regra pelo endividamento dos Estados.

Tal capital é manejado de dentro das potências (Estados Unidos, Japão, Alemanha etc). É o capital da burguesia imperialista que impõe sua crise ao mundo todo e arrasta à desintegração os países capitalistas semicoloniais, entre eles o Brasil. Em qualquer parte, a desintegração é catastrófica para os trabalhadores, que produzem as riquezas e vivem na miséria.

O sistema capitalista é cheio de contradição. Quanto mais explora e empobrece as massas, mais riquezas acumula nas mãos da minoria burguesa; quanto mais concentrada a riqueza e a propriedade monopolista, mais potência as crises de superprodução e queda nas taxas de lucro das grandes corporações; mais parasitário se torna o capital financeiro, mais falidos se tornam os Estados; quanto mais a recessão atinge as potências e aumenta a guerra comercial, mais aumenta a necessidade de intensificar a opressão nacional, mais aumentam os choques entre nações opressoras (imperialistas) e oprimida (semicoloniais).

Os abalos que sacodem o Brasil têm como causa os tremendos choques ocorridos entre as forças produtivas, que não podem se expandir com a crise de superprodução e acúmulo de capital parasitário, e o domínio monopolista da produção. O Estado brasileiro está sujeito a tais choques. E a política do novo governo tem por conteúdo atender aos interesses do

capital imperialista.

Colocado em prática o denominado neoliberalismo, estimulam-se as tendências desagregadoras presentes na economia capitalista-monopólica. A reforma constitucional vem no sentido de concretizar as pressões das potências, que necessitam de maior submissão das semicolônias e controle de sua economia interna, para melhor manejar a crise mundial.

Do ponto de vista geral, a burguesia nacional está obrigada, mesmo a contragosto, a aceitar as imposições da burguesia imperialista, uma vez que se trata de preservar o sistema de exploração como um todo. Porém, quando se concretiza o Plano de entrega do petróleo, telecomunicações, energia, matérias-primas e se abre os ramos protegidos (navegação, bancos, saúde, etc), os partidos se dividem e se degladiam, mostrando seus diversos interesses. Por sua vez, as massas são obrigadas a reagirem, porque sobre elas é que recaem as consequências da crise capitalista.

Isso tudo explica a prematura instabilidade do governo e a tendência de agudização da crise do regime político. A classe operária tem a tarefa de se constituir em classe dirigente, através da construção do Partido Operário Revolucionário, para destruir o poder burguês decadente e implantar um programa econômico-social antiimperialista e anticapitalista, voltado para o desenvolvimento das forças produtivas e saneamento da miséria das massas.

Nacional



A frente Lula-Brizola

O ex-candidato da Frente Brasil Popular, Lula, e do PDT, Brizola, se reuniram para constituir uma frente contrária a alguns aspectos da reforma constitucional. Em seguida, Lula foi ao encontro do velho nacionalista

Miguel Arraes, agora novamente governador de Pernambuco e dono do PSB. A resposta do governador foi não. Disse que está contra a quebra do monopólio do Petróleo, mas que acima de tudo está a governabilidade. No entender de Arraes, não se deve fazer manifestações como na época das diretas.

Em outras palavras, chamou a atenção para a inconveniência de uma mobilização de massa e para a conservação das regras democráticas burguesas. Porém, nem Lula nem Brizola pensam questionar a governabilidade, pois são representantes de partidos da ordem.

Logo Lula correu a explicar que não quer um movimento de contra-reforma, mas apenas interferir no rumo da reforma neoliberal. Pretende ter força para apresentar outras propostas, ser ouvido pelo governo e negociá-las.

Fernando H. Cardoso teve acesso de nervos diante de manifestações no Ceará, duramente reprimidas, em Brasília e agora na Amazônia. Atacou em seu discurso a aliança Lula-Brizola. Passada a teatralização, Fernando Henrique declarou que não quer ruptura com a oposição e que está disposto a dialogar. De sua parte, Lula disse que está disposto ao encontro com o Presidente, cabendo a ele o convite.

É provável que Lula-Brizola acabem seguindo o conselho de Miguel Arraes, que por sua vez foi aconselhado, um pouco antes do encontro com Lula, por Marcos Maciel, vice-presidente da República e homem forte do PFL. A CNBB, depois de ouvir as explicações do governo, a porta fechada, provavelmente cochichará no pé da orelha de Lula sobre os perigos de contestar nas ruas a governabilidade.

A composição de uma aliança política e suas intenções dizem tudo. Ao se aliar a Brizola, que apoiou Collor, e ao procurar Arraes, que anda com amores com Fernando H. Cardoso, Lula demonstra sua dependência aos aparatos burgueses. Os reformistas não arriscam qualquer mobilização que possa fugir do controle dos chamados "progressistas" do campo democrático e popular, que na verdade são representantes diretos ou indiretos de frações capitalistas.

Por essa via, o reformismo não poderá trabalhar a favor dos oprimidos e combater a ofensiva do imperialismo. Se a CUT se mantém sob o controle desses reformistas, será anulada como instrumento do proletariado e demais oprimidos.

Trata-se de lutar por sua independência político-organizativa e pelo método da ação direta das massas.

Que frente é necessária para quebrar o neoliberalismo?

As massas estão dispersas e as greves têm sido isoladas pela burocracia. Mais ainda, os reformistas que dirigem majoritariamente os sindicatos separam as reivindicações econômicas do combate ao Plano neoliberal do governo.

Caso essa dispersão permaneça, o governo vai resolvendo os choques interburgueses e acabará impondo os objetivos da reforma constitucional. Se os trabalhadores não resolvem a tempo sua fragmentação e ganhem unidade sob a direção da classe operária, se sujeitarão ainda mais ao esmagamento totalitário da burguesia decadente. Sem dúvida, não será uma frente reformista-burguesa que criará os meios para a luta de massa.

A aliança Lula-Brizola pode até esboçar alguma mobilização diante de um grande impasse e pressão das bases, porém não ultrapassará os limites demarcados pela democracia burguesa a serviço do imperialismo. As diretas demonstraram isso e também a campanha do impeachment de Collor.

A Frente que o proletariado deve construir é a Frente Revolucionária Antiimperialista. Esta, por sua natureza, objetiva levantar a maioria oprimida contra o grande capital imperialista e seus aliados nacionais, representados pelo governo FHC e pelos partidos entreguistas da nação.

PT CARD: mais uma prova da aliança com os banqueiros

"O PT e o Bradesco, tudo a ver em cartão de crédito". Foi assim que os jornais do país divulgaram notícia de que o Partido dos Trabalhadores lançou, no dia 9 de março, o "PT CARD", um cartão de afinidade que poderá ser solicitado pela militância e simpatizantes. "O PT, quem diria, se curvou ao capitalismo", era a opinião unânime nos círculos jornalísticos e empresariais.

O lançamento de um cartão de crédito com o símbolo do partido, que detém o controle da CUT e da maioria dos sindicatos, no melhor estilo empresarial, revela a estreita relação do reformismo petista com os capitalistas e banqueiros. Ao se aliar ao sistema Bradesco-Visa, o PT declara publicamente que agora é colaborador direto do maior banco privado do Brasil.

É impressionante como o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, cinicamente, afirmou durante a reunião que oficializou a aliança do PT com o Bradesco, que o partido iria "ganhar

dinheiro com os capitalistas para aplicar como socialista". Com isso, pretendeu mascarar o vergonhoso compromisso do PT com o capital financeiro.

A reunião realizou-se com os representantes dos banqueiros ironizando e fazendo brincadeiras com o suposto caráter "operário e socialista do PT". E para os capitalistas é uma alegria poder fazer piada com o socialismo. Os reformistas em troca receberão uma porcentagem referente à venda do PT CARD. Riem porque estão confiantes de que os trabalhadores continuarão sendo enganados e iludidos pelas direções petistas.

Porém, esses vendidos por algumas moedas não podem desmoralizar o socialismo, porque na verdade são agentes dos capitalistas. Os trabalhadores já estão desconfiando da máscara petista, tanto é que os 30 milhões de votos nulos, brancos e abstenções foram um rechaço de conjunto ao PT e aos demais partidos burgueses.



Natal

Cesta Básica Sobe 2,6% Em Apenas Duas Semanas

O Plano Real do governo FHC baseia-se no congelamento dos salários e liberação dos preços. Ao contrário do que o governo vem alardeando, a cesta básica não vem diminuindo de preço, o que houve foi um exagero dos capitalistas no aumento, pois este em média está aumentando.

Exemplo disto é a variação acumulada em apenas duas semanas do aumento dos preços dos itens da cesta-básica em 2,6% em Natal (RN) quando os salários estão congelados

Produtos	Média acumulada dos aumentos em 2 semanas em %
Feijão	10
Açúcar	8,8
Tomate	7,3
Banana	6,2
Café	5,4
Óleo de soja	3,7
Margarina	1,7
Carne	1,5

Fonte: Jornal de Natal, 13 de fevereiro de 1995 pag. A-14.

O supermercado que teve maior índice de variação acumulada de aumento de preço nas duas semanas (20 de janeiro / 08 de fevereiro) foi o SIRVA-SE, 7,6%!

Supermercados	Variação do aumento nas 2 semanas
Sirva-se	7,6
São Jorge	4,3
Nordestão	3,7
Superete Queiroz	3,1

Fonte: Ibidem.

Os trabalhadores devem unificar suas lutas contra o Plano Real Neoliberal, pondo fim ao congelamento de salários. Como este Plano faz parte dos interesses de espoliação nacional das semi-colônias pelos países imperialistas, devemos aliar a luta a luta anticapitalista a luta antiimperialista para através da ação direta das massas, tomarmos o poder político e expropriar economicamente a burguesia. Ou seja, realizar a Revolução Proletária, única capaz de derrotar definitivamente toda opressão de classe e nacional.

Obras Completas de Guillermo Lora

Já foram publicados os 4 primeiros volumes, sendo que já temos até o 3º no Brasil.

A obra trata do desenvolvimento do movimento operário boliviano e internacional e da construção do partido revolucionário, desde a década de 40.

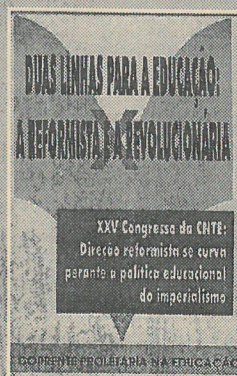
Adquira com o distribuidor deste jornal.

A crise capitalista no Brasil e o fracasso da Frente Popular – Lições das eleições de 1994

Um balanço das eleições no marco do desenvolvimento da crise política e econômica do país.

A crítica ao reformismo e às correntes seguidistas. A defesa do programa revolucionário. A tendência de luta das massas e o crescimento dos votos brancos e nulos.

Adquira os materiais da Corrente Proletária na Educação:



Nacional



A greve dos professores em São Paulo

A greve do magistério paulista entra na sua segunda semana. O governo Covas (PSDB) apresentou sua terceira proposta, que na verdade é sempre a mesma, ou seja, um mísero abono de 39 reais. A assembléia massiva na frente do Palácio não foi capaz de arrancar do governo as reivindicações. Agora, Covas exige que a burocracia sindical apresente uma contra-proposta. O que significa rebaixar mais ainda as reivindicações. A exigência de três salários mínimos emergenciais, defendida pelos dirigentes das entidades, já é uma esmola. Ainda assim, o governo pressiona para que eles negociem com os grevistas um piso mais baixo.

Por outro lado, a greve cresce. Hoje 70% da classe está paralisada. Para tirar o movimento do impasse é preciso radicalizar a luta, através das grandes mobilizações de rua e das ocupações. A Corrente Proletária na Educação vem insistindo na unidade grevista com os outros setores de trabalhadores e com a radicalização do movimento.

Publicamos abaixo o panfleto distribuído na assembléia do Palácio.

Ampliar a unidade grevista para enfrentar Covas

Avançar na luta de massa contra a resistência do governo

Covas não atendeu as reivindicações. As negociações têm sido em vão. O governo repete os mesmos argumentos de Fleury, Quércia e outros: "não há dinheiro para a educação". Na verdade, todos eles escondem que a meta central do Estado é reduzir cada vez mais os recursos para as escolas públicas e avançar a privatização. Esse é o conteúdo fundamental do plano neoliberal, traçado pelo Banco Mundial, Unicef, Unesco etc, e aplicado pelo governo brasileiro.

Para a implantação das diretrizes do neoliberalismo na educação, foi elaborado o Plano Decenal, onde os governos estaduais terão de arrochar duramente os salários, retirar as poucas conquistas conseguidas no Estatuto do Magistério e pôr fim à aposentadoria por tempo de serviço e a especial e eliminar a esta-

bilidade. A tão falada descentralização do ensino dará passos mais efetivos com a municipalização e as parcerias com as empresas privadas, já anunciadas por Covas.

Nesse sentido, a greve dos trabalhadores da educação para obter vitórias terá de enfrentar duramente contra a política antinacional e antipopular do governo. O que implica na mais ampla unidade da classe e com os demais explorados, que sentem na pele a destruição da escola pública, o desemprego, o arrocho e a miséria. Para isso, a CNTE e a CUT devem imediatamente organizar a greve geral contra o plano econômico e em defesa das reivindicações vitais que unifiquem as massas, como o salário mínimo real, reposição das perdas, reajustes automáticos, emprego a todos e defesa de todas as conquistas sociais.

O magistério paulista já deu provas de sua disposição de luta. Porém, para enfrentar a ofensiva neoliberal, encarnada por Covas, é preciso radicalizar os métodos de luta. Não basta aprovar a ida ao Palácio. O governo conta com três elementos a seu favor: 1) com a parcela de educadores que ainda não compreendeu a importância da greve e, por isso, a está sabotando; 2) com a possibilidade de esvaziamento do movimento, ganhando

tempo com as negociações intermináveis; 3) com a fraqueza da diretorias sindicais, que trabalham contra a radicalização da greve. Se Covas conta com isso, o movimento grevista tem a seu favor o aprofundamento da crise política da burguesia, a situação de disposição grevista generalizada por todo o país, apoio da população oprimida e, sobretudo, com a capacidade de luta de massa, já demonstrada em greves anteriores.

Trata-se de pôr em pé um movimento de rua, cada vez mais massivo, que envolva a população e que crie as condições para a unidade grevista com os outros setores. A manifestação no Palácio do governo não deve ser tomada como ponto de chegada da greve, mas como o ponto de partida para a luta diária de massa nas ruas, que inclua ocupações. A resistência do governo é política. Covas segue a cartilha de seu aliado Fernando Henrique Cardoso, que está obstinado a enfiar goela baixo da maioria seu Plano de fome e miséria. Por isso, a resposta dos trabalhadores também é política. O que quer dizer levantar a bandeira de: Abaixo o Plano Neoliberal! Abaixo a política estadual do PSDB pró-imperialista! Toda unidade grevista! Ganhar às ruas em movimento de massa diário!

A Greve na Região de Itaquera/São Mateus.

A greve de funcionários e professores na região começou com um bom índice de paralisação. Muitas escolas fizeram suas reuniões e decidiram acatar a decisão da assembléia do dia 24/3 de entrar em greve, sem a necessidade de comandos. Nas escolas onde houve necessidade do Comando bastava a presença deste para que se iniciasse a paralisação, demonstrando o descontentamento com relação ao salário e às péssimas condições de trabalho. No dia 31 já havia 70% de escolas paralisadas na região.

Apesar de toda esta mobilização as direções

dos sindicatos em greve jogaram com a ilusão de uma greve curta, somente entre os dias 27 e 31; rebaixaram as reivindicações e não ligaram a luta imediata, por salário, com a luta mais geral, contra o fim da previdência e da aposentadoria. No caso da Afuse (Sindicato dos Funcionários de Escola), durante todo o processo não tomou à frente da greve, soltou panfletos insuficientes, muitas escolas ficaram sem vê-los, e que não orientavam politicamente a luta, a tal ponto que na semana do dia 27 chamou um ato de pressão à Câmara Municipal. Esta foi a demonstração cabal da imbecilidade da política de utilização do movimento para pressão parlamentar, que chega ao extremo de ser inócua, como a de pressionar vereadores para resolver uma questão dos funcionários e professores estaduais. Na Região Itaquera/São Mateus não existe representante sindical da Afuse, e a direção não enviou nenhum outro para organizar a região (preferiam ficar de papo pro ar no

sindicato), deixando os funcionários à sua própria sorte.

Os Comandos Unificados na região não têm uma direção voltada a impulsionar a greve e fortalecê-la, são indisciplinados, na maioria das vezes são formados depois das 9 horas, sempre defendendo as posições das direções centrais, de greve curta, e terminaram agora sem rumo, diante do endurecimento nas negociações por parte de Covas.

Vimos na região que tanto a ala esquerda do PT, quanto o PSTU e o PCdoB, seguem a política da Articulação, a tal ponto de na Assembléia Regional de 30/3 votarem contra a radicalização do movimento.

Nossa tarefa é de trabalhar por superar o descaso das direções regionais e construir valentes e disciplinados comandos grevistas. As bases estão dispostas a irem fundo na greve, trata-se agora de organizarmos bem os comitês massivos.



Movimento estudantil busca a luta. Problema são as direções

Um dos acontecimentos que chamou a atenção nas manifestações contra a Reforma Constitucional de março foram as mobilizações de estudantes. Não se trata de fato isolado. De norte a sul do país os estudantes começam a se mexer devido à linha de sucateamento da escola pública e aos aumentos abusivos das particulares. Trata-se de um só problema: a destruição da educação e sua elitização, impostos pelo capitalismo em crise. Os governos agem como instrumentos de destruição da educação, atacando a assistência estudantil (moradia abandonada, restaurantes com preços reajustados, taxações de diversas formas etc.) e a qualidade do ensino (arrocho salarial aos professores e funcionários, corte de verbas, sucateamento de laboratórios e bibliotecas, falta de professores etc.). As escolas privadas tornaram-se fábricas de dinheiro, têm crescido geometricamente de ano para ano, às custas de mensalidades que ultra-

passam os valores dos salários de alunos.

As recentes propostas do governo aumentam a crise no ensino. O projeto claramente privatizante do governo é rejeitado pela maioria dos alunos.

Existe uma tendência de luta estudantil, motivada pela situação falimentar do ensino. As direções das organizações estudantis, no entanto, procuram canalizar o descontentamento para a política de pressão parlamentar e eleitoral. Foi assim na campanha do "Fora Collor" e durante a CPI do Orçamento. O PCdoB e o PT conseguiram limitar o movimento ao quadro institucional e com isso a burguesia e o governo avançaram contra o ensino público.

A saída para o movimento estudantil é sua radicalização e unificação com professores e funcionários, e da comunidade universitária com o movimento operário. A utilização da luta grevista, das mobilizações de rua, precisa se colocar contra a des-

truição do ensino, que faz parte do plano neoliberal. Para isso, é preciso superar as direções reformistas que arrastam o movimento a apoiar as frações burguesas em choque. A tarefa de construção de uma nova direção, baseada num programa proletário, é urgente. Sem ela, o movimento estudantil não terá força suficiente para barrar a ofensiva contra o ensino público. A defesa do ensino público e gratuito para todos, fim do ensino pago com estatização das escolas particulares sob controle da comunidade, soberania da assembléia universitária ou da escola e unidade com o movimento operário são pontos de partida desse programa.

Educação

Teleensino destrói ensino

Sob o slogan "A Era da Tecnologia e da Imagem" os coveiros da educação substituíram o Professor por um aparelho de televisão (teleensino ou ensino à distância), que atinge principalmente o nordeste e se estende por todo o país.

Há 20 anos o teleensino foi criado com o objetivo de reduzir ainda mais os poucos recursos do Estado destinados ao ensino das séries finais (1º grau maior).

No Ceará, por exemplo quase todas as escolas públicas hoje funcionam através do ensino à distância. São mais de 70 municípios, 600 escolas, 2000 salas e 45.000 alunos. A intenção do governo é de expandi-lo aos 141 municípios do estado.

As aulas são ministradas através da televisão, módulos de aprofundamento e manual de apoio. As crianças e os jovens ficam diante da tela observando as aulas, sem perder as imagens e sem poder falar, pois não existe uma revisão das aulas. Após a apresentação das imagens, um orientador tenta "tirar as dúvidas".

Esse orientador tem o papel de professor polivalente, ou seja, precisa dominar todos os conteúdos das várias disciplinas. Na maioria das vezes ele não foi preparado para lecionar todas as disciplinas, sem poder tirar dúvidas dos alunos, prejudicando-o nas avaliações, aumentando assim o índice de repetência e evasão.

Por outro lado, para sobreviver o professor que se especializou em determinada disciplina (história, por exemplo) se submete às exigências do sistema, tornado-se orientador de todas as matérias (matemática, português, história, etc.).

No ponto de vista político, o Teleensino tem

causado grande índice de evasão, repetência e reduz a necessidade de professores nas escolas o que resulta na não contratação de novos professores e cria condições para demissões em massa dos atuais, pois estes são substituídos por orientadores polivalentes deteriorando ainda mais a já péssima qualidade de ensino.

A burguesia sabe perfeitamente do crime que está cometendo contra a população, distanciando-a da educação. Tanto é que não implementa o teleensino nas escolas particulares onde os filhos dos grandes empresários estudam.

Defendemos que a TV deve servir como um recurso utilizado na educação e não como forma de robotizar os jovens e crianças.

Denunciamos a política criminoso dos governos (Ciro e Tasso) no Ceará bem como da TVC controlada pelo PSDB que hoje serve de palanque para as suas propagandas e interesses eleitorais contra a população. Abaixo o teleensino!



Contribua com a Campanha Financeira e de Solidariedade ao companheiro R. Carrasco, militante do movimento estudantil boliviano, acidentado por causa da repressão do reitor Ramos. Maiores informações com o distribuidor deste jornal.



A privatização do Banespa está em marcha

A CPI inocentou Quércia e Fleury e abriu caminho para as demissões

Só a greve pode deter as demissões e a privatização

Movimento Operário



Desde o início estava claro que a intervenção no Banespa servia para preparar a privatização do banco. O governo utilizou a dívida como pretexto para a intervenção privatizante. O que o governo neoliberal de FHC pretende é que se demita em massa e se feche agências, "enxugando" o banco para facilitar sua privatização.

O governador Covas, que já demitiu mais de 23 mil funcionários estaduais, apresentou uma proposta de privatização gradual do banco. O Banco Central aceitou. Negocia-se em que ritmo e que forma se darão as demissões e o fechamento de agências. FHC já adiantou que ajudará o Banespa a demitir em massa, colocando à disposição do banco 300 milhões de reais para pagamento das rescisões.

As demissões começam pelos contratados, mas vão se estender e atingir milhares de funcionários. As demissões de hoje preparam o caminho para as demissões de amanhã: o governo quer dividir os banespianos para enfraquecê-los e facilitar os cortes.

E não se trata apenas de um ataque ao Banespa: a ofensiva do governo é contra

todos os bancos estatais e contra todas as empresas estatais. Trata-se de um dos aspectos da política antinacional e antipopular do governo FHC, expressa no seu plano Real neoliberal e na Reforma Constitucional entreguista.

Direções sindicais apostaram na CPI e quem perdeu foram os bancários

As direções dos sindicatos, na sua maioria do PT e PCdoB, negaram-se a chamar a luta grevista contra a intervenção. E não se pode dizer que os bancários não estivessem mobilizados: o encontro nacional do Banespa mostrou a disposição de luta e a possibilidade concreta da greve contra a intervenção privatizante. Mas as direções preferiram primeiro negociar com o governo "democrático" de Covas e apresentar "sugestões" aos interventores, tentaram remendar seu relatório. Depois, apresentaram a CPI da Assembléia Legislativa querista como a solução para o problema. Disseram aos banespianos que pressionassem essa CPI para que ela se colocasse pela punição dos corruptos e defesa do Banespa. Apresentaram oligarcas, da indústria e agricultura, corruptos e fisiológicos, parasitas do Banespa, como "aliados" contra a privatização. Agora a CPI concluiu seus trabalhos dando um atestado de honestidade a Quércia e Fleury e não moveu uma palha contra a privatização e as demissões. Aos reformistas do PT e PCdoB, só restou choramingar.

Essa política se traduziu no movimento como paralisia e divisão. Os contratados chegaram à greve, mas ficaram isolados pela direção sindical, que não chamou a unidade dos funcionários do Banespa. Ao contrário, organizou a divisão com reuniões, plenárias e assembléias separadas.

Agora que a CPI faliu, as direções

estão completamente paralisadas. Não se chama mais plenárias e assembléias unificadas. A campanha contra a privatização enfraqueceu, como se ela estivesse descartada. Mas a realidade é outra, a privatização está em marcha. O primeiro passo serão as demissões. Ou os bancários se unem para enfrentar os governos Covas e FHC ou serão esmagados.

Construir a unidade grevista contra o neoliberalismo

É preciso entender a necessidade da unidade na luta contra a ofensiva do governo. Os banespianos, juntos, precisam enfrentar a privatização, as demissões e o fechamento de agências. Essa luta se contrapõe ao plano neoliberal, defendido com unhas e dentes pelo governo. Teremos muito mais força se construirmos a unidade com os bancários do Banerj e com os dos outros bancos estaduais. E, como trata-se de enfrentar um plano do governo, a unidade precisa se estender ao movimento operário e popular e a todo o funcionalismo ameaçado.

Por isso defendemos:

que os bancários dos bancos públicos realizem um congresso nacional de base que aprove a luta grevista contra as intervenções privatizantes e as demissões e em defesa do controle dos bancos pelos trabalhadores (só o controle do banco permitirá a apuração da corrupção e a punição dos responsáveis);

que os sindicatos e a CUT chamem assembléias massivas para aprovar a luta nacional de massa contra o plano e o governo - criar as condições para a greve geral;

que construamos uma frente única antiimperialista, que se baseie na unidade na luta para enfrentar a ofensiva antinacional e antipopular do governo, expressa na Reforma Constitucional entreguista.

Metalúrgicos do ABC, é hora de uma poderosa greve unida para derrotar os patrões e o Plano FHC

Para o dia 10 de abril está marcado o início da greve metalúrgica. A burocracia sindical tem esperança de obter algumas migalhas e assim desarmar o movimento até o dia 10. A burocracia vai manobrar com os patrões para que não haja a greve. Mais por experiência sabemos que sem um duro combate não conquistaremos nada. Até agora os capitalistas do Sinfavea, do Sindipeças, Grupo dos 8 e Grupo dos 10 não fizeram outra coisa senão negarem as reivindicações. Oferecem apenas a reposição do IPC-R de novembro a março, que é de 27,11%, reduzidos de 15,67% das antecipações. Isso significa um reajuste de apenas 9,89%. Essa porcaria é uma provocação patronal.

Diante disso a greve já era para ter estourado. Todos nós sabemos que as demissões logo voltarão a atingir os metalúrgicos. Não basta fazer piquetes contras horas-extras e propor a redução de apenas 4 horas semanais na jornada de trabalho. É preciso levantar a bandeira de nenhuma demissão, estabilidade no emprego e redução da jornada diária para 6 horas. Estas reivindicações não são exageros, ao contrário, é a única forma de defendermos os empregos e a vida de nossas famílias. Vamos exigir que saia a greve do 10 e que seja acompanhada de assembléias gigantes na Vila Euclides, com passeatas de rua e formação de comitês interfábricas.

É necessário ir mais longe para vencer. Devemos levantar a bandeira

de unificação do movimento grevista com os vários setores descontentes. Também não podemos permanecer nas reivindicações puramente salariais. Temos dirigir nosso movimento contra o Plano Real e a Reforma Constitucional do governo pró-imperialista. É um engano achar que nossos salários não dependem dessa luta mais geral contra o governo antipopular.

Toda força à greve metalúrgica!

Formar os comitês de apoio!

Chamar a unidade grevista!

Movimento Operário



Têxteis: os acordos em separado.

Sob pressão das perdas salariais e da inflação, a burocracia do sindicato Têxtil de Osasco e os patrões negociam reposições antes da data base, que é em novembro. Isso mostra que o reajuste anual do Plano Real é insustentável.

O problema é que a direção do sindicato vem evitando mobilizar de conjunto os têxteis. Os acordos têm sido feitos em separado, quando a situação de penúria atinge todos os operários. Assim uma parte recebe algumas migalhas e outra nada.

A Martex, por exemplo, concederá 13,35%, enquanto que a Hoechst apenas 7% e a Reva 5%. Os capitalistas têxteis têm enchido os cofres de dinheiro com a retomada do consumo e com o aumento da produtividade. No entanto os trabalhadores vêm amargando um duro arrocho.

O caminho correto não é o dos acordos separados, que só favorecem os patrões, mas sim o da unidade grevista de toda classe.

Têxteis de São Paulo: reabrir a campanha salarial

Os têxteis de São Paulo passam pelas mesmas dificuldades. A burocracia não inspira confiança aos operários, que na campanha salarial não se motivaram a comparecer nas assembléias. A ausência de luta tem permitido aos patrões explorarem livremente e ganharem rios de dinheiro.

A Vicunha se destaca entre as grandes empresas mundiais com um capital de 1 bilhão de dólares. Mas seus operários sobrevivem com maior dificuldade, trabalhando como escravos. A Zorba fez uma greve isolada e curta não obtendo quase nada. Na Ab'Saber, os trabalhadores tentaram uma paralização mas foram desmotivados pela direção do sindicato.

Está colocado para os têxteis de São Paulo a reabertura da campanha salarial, unitária e grevista para arrancar dos patrões suas reivindicações e para lutar contra o malfadado Plano neoliberal de fome e miséria do governo.

Fortaleza

Viva a greve da Construção Civil

Os operários da construção civil de Fortaleza enfrentam uma longa e heróica greve, sustentada a ferro e a fogo contra a repressão policial. Os operários estão mostrando capacidade de luta, com a participação de 80% da categoria. O sindicato, entretanto, reivindica a migalha de 135 reais, enquanto que os patrões oferecem 113 reais. Os burocratas dirigentes de esquerda, uma parcela é do PSTU, esperavam que com uma proposta tão baixa pudessem chegar a um rápido acordo. O que se vê é que a patronal reacionária não admite a greve e resiste a um acordo tão miserável, cuja diferença é de apenas 22 reais.

A vitória da greve depende de aumentar sua radicalização, com manifestações de rua, chamamento da unidade grevista com outros setores e dirigindo o combate contra o Plano de fome e miséria do governo Fernando Henrique Cardoso.

Intervenção do POR

A regional do Partido Operário Revolucionário do Ceará vem apoiando prática e politicamente a greve da construção civil. Em seu panfleto denuncia a inflexibilidade patronal, a superexploração e convoca todos os trabalhadores a se juntarem à greve da construção civil em defesa do seguinte plano de luta:

Um salário mínimo de 750 reais, que atenda às necessidades dos trabalhadores;

Jornada de trabalho de 6 horas de trabalho para que todos tenham emprego;

Ensino público, gratuito e autônomo para seus filhos;

Contra a repressão policial, organizemos a auto-defesa dos trabalhadores;

Construir uma frente revolucionária antimperialista para derrotar os projetos do FMI, FHC e Tasso; Lutar pelo governo operário e camponês.

Eletropaulo – Mais arrocho, mais demissões

Covas e Feldmam voltam a inovar em matéria de repressão e arrocho na Eletropaulo. Depois de adiar a Convenção Coletiva de janeiro para maio, de demitir muitos companheiros, de fazerem as chefias pressionarem para que os funcionários peçam a conta, agora mandam uma extensa pauta (27 itens) ao DRT para serem discutidas no Dissídio.

As principais medidas que formam a pauta de reivindicações da Eletropaulo são: a) eliminação da garantia de emprego, conquistada em 92; b) aumento do percentual de cobrança dos benefícios; c) comprometimento do sindicato em não abrir processos trabalhistas, devendo os conflitos serem resolvidos nas RAs (Reuniões Administrativas entre a Eletropaulo e o Sindicato), mas que na prática nunca o são porque a Eletropaulo manda funcionários sem poder de decisão; d) os vales refeição/matinal serão cobrados de acordo com o salário, hoje é pago R\$ 0,01 pelos dois talões; e) corte dos vales refeições onde a empresa tenha restaurante, isto significa que os companheiros que levam marmitas para usarem os vales para a compra de mistura para a família, que com esta

miséria de salário não dá para comprar, não poderão mais fazê-lo; f) o vale matinal só será concedido aos funcionários da área operacional; g) Revisão e cortes nos benefícios, estão falando em cortar a periculosidade, o que seria um corte de 30% do salário; h) legalização das demissões voluntárias, que são realizadas sob pressão da chefia; i) obrigação dos dependentes químicos a participarem dos programas de reabilitação da empresa sob pena de demissão.

Companheiro, como podemos perceber, o envio desta pauta ao DRT significa liberar o campo para as demissões e a eliminação gradual dos benefícios, na verdade chegam a cortar 30% de nosso salário, a periculosidade. Por isto esta pauta deve ser rejeitada na íntegra, ela não pode ser negociada ou melhorada. Aceitá-la seria aceitar a política de privatização a longo prazo que Covas vem implementando (olhem para o exemplo do Banepa). A razão para o corte de gastos agora, não é outra que preparar o terreno para a privatização.

Não podemos ficar parados, temos que discutir em cada setor a rejeição da pauta para a Eletropaulo, cobrar o salário mínimo do DIEESE (800 mil reais). Para isto é necessário formar as Comissões de Mobilização em todos os lugares.



Curso de Formação Política - Partido Operário

Transcrevemos abaixo texto de "Curso de Marxismo para Operários", de G. Lora. O POR tem feito cursos de formação política que têm como objetivo elevar a consciência política de classe dos trabalhadores para que reforcem a luta pela construção do partido revolucionário no Brasil.

"O surpreendente é a existência de numerosos partidos que se reivindicam da classe operária e até da revolução a ponto de tornar impossível, para muitos, reconhecer qual deles afinal é o verdadeiramente revolucionário.

Os partidos expressam seus objetivos no seu programa, que é o documento fundamental, que condiciona sua conduta diária e sua forma organizativa. Não é raro chocar-se com grupos que se auto-entitulam partidos, e que, no entanto, não têm programa, limitam-se a fazer declarações vagas. Estes grupos acabam, geralmente, na aventura. O partido revolucionário é aquele que em seu programa expressa os objetivos históricos do proletariado (destruição do capitalismo, da propriedade burguesa privada e estruturação da ditadura do proletariado) e não unicamente os imediatos (melhores condições de vida e de trabalho), coisa que inclusive os partidos burgueses podem fazer. Podem haver muitos outros partidos formados nos meios operários, mas que não são revolucionários, que se apóiam nos setores atrasados das massas, que expressam interesses puramente econômicos (coisa que os partidos burgueses também podem fazer) que transmitem a ideologia de outras classes sociais.

O partido operário é a vanguarda revolucionária da classe e agrupa os elementos mais avançados, mais va-

lentes, mais sacrificados, mais inteligentes. Atua como Estado Maior dos explorados.

Para ser militante do partido operário tem-se que preencher 3 requisitos: a) conhecer e estar de acordo com seu programa; b) pertencer a uma de suas células (só assim pode participar na atividade política interna e ser controlado e orientado pela organização); c) contribuir com o financiamento das atividades partidárias por meio do pagamento pontual das cotizações.

O partido operário, diferentemente do sindicato, agrupa unicamente a uma minoria dos proletários que estão de acordo com seus objetivos, não é à toa que é sua vanguarda. Estes elementos são selecionados pela compreensão do programa e pelas provas de fidelidade aos princípios e à organização partidárias. No entanto, é de interesse do partido contar com um considerável número de militantes que permita penetrar nas massas.

O núcleo fundamental do partido é a célula por fábrica, que é formada por militantes de determinado lugar de trabalho.

Junto a estas células se encontram as células de rua, de bairro de colégios, etc.

A norma organizativa básica do partido operário é o centralismo democrático, que não tem aplicação no campo sindical. Deve observar-se a mais ampla democracia interna, o direito de discussão de todos os problemas e as divergências com a direção, o que permite fixar a linha político-partidária, em última instância, pela militância de base, mas, o partido operário não é um clube de discussão e, sim, ao contrário, uma organização principalmente executiva. Está imposta, pois, a necessida-

de de que na atuação exterior se observe uma granítica unidade e se leve até as massas uma única linha política. A ampla democracia existe para tornar possível e eficaz a atuação unitária no exterior, nisto consiste o centralismo democrático. Tal norma organizativa seria inconcebível se não se conseguisse que os setores minoritários, divergentes com a direção, se submetessem às decisões da maioria. A discussão interna acaba com as reuniões nacionais em que os problemas em disputa são submetidos ao voto dos delegados das organizações de base.

O partido operário, diferentemente do sindicato, é uma organização ideologicamente homogênea, porque para ingressar nele é preciso estar de acordo com seu programa, com seus estatutos e com as resoluções de seus congressos e reuniões nacionais.

O partido operário enquadra parte de suas atividades dentro das normas da clandestinidade, isto inclusive dentro do país mais democrático do mundo. Não se trata de jogar todos na clandestinidade, e sim de uma norma surgida da evidência de que o partido operário procura destruir o regime imperante. Certos aspectos da propaganda, das comunicações, devem desenvolver-se longe da observação dos organismos de repressão do Estado burguês. Em outros países, onde as manifestações do pensamento proletário são perseguidas, toda a atividade partidária é clandestina; entretanto, devem ser esgotados todos os recursos para aproveitar qualquer oportunidade de legalidade. Pode-se dizer que o partido operário combina as atividades legais e clandestinas."

Uma atitude irresponsável e oportunista

A regional de Causa Operária, em Fortaleza, que tem a direção do DCE, na Universidade Estadual do Ceará, em contato com o Partido Operário Revolucionário, fez um convite para trazer o dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e destacado historiador do movimento operário, Guillermo Lora. De pronto foi aceito e acertado um acordo para se realizar uma campanha de propaganda.

Nosso interesse era de aproveitar a grande experiência do POR boliviano, acumulada em anos de luta. A situação era favorável justamente porque a Bolívia atravessa uma situação convulsiva, em que o POR se destaca em dirigente dos principais combates das massas oprimidas e vem trabalhando para amadurecer as condições para a insurreição. Os trabalhadores brasileiros, a juventude estudantil e a vanguarda militante de todas as correntes teriam oportunidade de discutir diretamente com Guillermo Lora o processo revolucionário na Bolívia, cuja intervenção dos trotskistas tem sido e é decisiva. Além disso, está sendo publicada as Obras Completas desse dedicado revolucionário trotskista. Trata-se de uma fonte inestimável de formulações programáticas e políticas testadas na luta de classes e rigorosamente enquadradas nos princípios marxistas. Assim como em outros momentos da história se destacaram revolucionários como Marx, Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Trotsky etc, o trabalho incansável de Guillermo Lora é um esforço de procurar alcançar a mais apurada e elevada teoria da revolução proletária.

Pois bem, devido a conflitos políticos e ideológicos com a T.POR, a regional de Causa Operária resolveu arbitra-

riamente cancelar a vinda de Lora, agindo como todo burocrata que domina um aparelho sindical, nesse caso o DCE. Denunciamos abertamente o Sr. Cândido por fazer campanha difamatória contra o POR boliviano, utilizando-se de literatura alheia, como a dos Espartaquistas norte-americanos, que indevidamente acusam o POR de nacionalista. Mais ainda, o Sr. Cândido, a serviço do Sr. Oswaldo Coggiola, que por sua vez está a mando de Jorge Altamira do PO argentino, tem espalhado as mentiras de um delator expulso do POR boliviano. É preciso dizer que antes de se cancelar a vinda de Lora, o Causa Operária promoveu a palestra desse historiador catadrático, que não se envergonhou de ter desligado um dos seus alunos da bolsa de estudo pelo fato deste ter ingressado no Partido Operário Revolucionário.

O Sr. Cândido utiliza do DCE para trazer desqualificados palestristas que nada têm a contribuir para as idéias revolucionárias. Pensamos inicialmente desconhecer essa canalhice do Sr. Cândido. Mas revimos nossa posição, porque não se pode deixar impune tal responsabilidade e tamanho oportunismo de uma corrente que se reivindica do trotskismo. Logo abaixo publicamos a carta que enviamos ao Sr. Cândido exigindo uma explicação do cancelamento. E também publicamos uma pequena biografia que fizemos a pedido do próprio Cândido.

Denúncia

Dados biográficos: Guillermo Lora

Guillermo Lora é um dos principais dirigentes e construtores do Partido Operário Revolucionário na Bolívia. É conhecido por sua firmeza de princípios marxistas e pela tenacidade como estuda as leis de funcionamento do capitalismo, em função dos objetivos históricos de emancipação dos trabalhadores.

Em seu trabalho militante, edificou uma monumental obra teórica, política e programática. Nesse exato momento, está sendo publicada sua "Obra Completa", em 50 volumes. Ela reúne o que há de mais vigoroso na doutrina marxista. Esse trabalho intelectual-militante é de grande amplitude quanto aos temas desenvolvidos.

Inúmeras são as obras que se destacam pela originalidade e pelo tratamento de novos problemas que o desenvolvimento histórico faz emergir. Destacamos algumas delas: "Contribucion a la Historia Política de Bolívia (Historia del POR)"- 2 tomos, "Revolucion y Foquismo"; "Historia del Movimiento Obrero Boliviano"- 5 tomos; "A Revolucion Boliviana (1952)"; "Historia de los Partidos Políticos de Bolívia"; "Balance de la Asamblea Popular"; "Historia de las

Cuatro Internacionales"; "El Partido y su Organización"; "Curso de marxismo para obreros".

Particularmente, ressaltamos a preocupação de Guillermo Lora em responder aos problemas da educação. Juntamente com outros pesquisadores, escreveu o trabalho "Sindicalismo del Magisterio (1825-1932) "La Escuela y los Campesinos" e "Reforma Universitaria (1908-1932)". É autor também da obra "Problemas de la Reforma Universitaria".

É necessário que coloquemos nesse rol de seu trabalho o "Diccionario Político, Histórico, Cultural", "Miguel Alandia (Biografía del gran muralista y revolucionario)", "Arte y Revolucion".

Não obstante, o que sintetiza o valor desse revolucionário são as "Tesis de Pulacayo". Esse documento é um programa operário que embasa toda evolução da consciência histórica dos oprimidos bolivianos.

Como atuante no movimento operário, se candidatou a deputado pela província de Bustillo do Departamento de Potosí, em 1948. Foi eleito pelo Bloco Mineiro. Em 1970, participou ativamente na Assembléia Popular,

como representante do POR. Tem enfrentado toda sorte de perseguição, inevitável para os homens que têm compromisso com a transformação histórica, com uma firmeza político-ideológica inabalável.

Devemos ainda dizer que Guillermo Lora não se separa do método da crítica e da auto-crítica, próprio dos verdadeiros cientistas.

Guillermo estudou nas Universidades de La Paz e Cochabamba. Chegou a exercer o trabalho docente, na cadeira de Ciências Jurídicas, em La Paz, na Universidade Pública. Atualmente, Guillermo Lora se dedica à Universidade Popular, de formação histórico-política, conveniada com a Federação do Magistério de La Paz.



Companheiros,

Há alguns meses os companheiros nos procuraram para divulgar um seminário internacional que o DCE pretendia realizar na UECE.

Afirmaram que priorizariam o debate com o camarada Guilherme Lora do POR boliviano. Pediram que entrássemos em contato com o camarada para confirmar sua vinda para a 1ª quinzena de abril.

Contactamos com o camarada que confirmou sua presença e inclusive propôs alguns temas. Chegamos a entregar seu currículo para divulgação do evento.

Os companheiros disseram que a passagem estava praticamente liberada e confirmado o debate.

Por divergências menores que estamos tendo e não temos negado, os companheiros andam nos fazendo chantagens para que submetamos nossa política à política dos companheiros para não prejudicar o debate do camarada Lora.

Além das divergências e chantagens, os companheiros têm procurado nossos militantes e simpatizantes que estão discutindo com a T.POR, para fazer calúnias contra Lora, contra o POR boliviano e contra a T. POR.

Tendo em vista a aproximação da data do debate, queremos uma resposta dos companheiros para que possamos dar uma posição ao camarada Lora que tem importantes atividades para realizar em seu país.

Fortaleza, 15/3/1995 - T.POR - Ceará

Reunião da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Social

As metrópoles imperialistas patrocinaram mais uma reunião mundial, repetindo os discursos demagógicos da Eco-92, ocorrida no Brasil. Com a participação dos chefes de Estado de quase todos os países do globo, as potências impuseram um documento onde fixa a erradicação da pobreza e do desemprego. O documento saído da Eco-92 tinha como conteúdo a noção de "desenvolvimento sustentado" e o resultado foi a ampliação dos problemas sociais, causados pelo crescente desemprego que atinge 800 milhões de trabalhadores e a estrondosa taxa de mais 1 bilhão de pessoas que está abaixo da pobreza absoluta.

A pergunta que devemos fazer é por que os países imperialistas necessitam constantemente colocar esses problemas sociais?

O que parece ser uma contradição, na verdade, passa ser uma estratégia do imperialismo. A pobreza, desemprego, analfabetismo etc ameaçam a própria existência do capitalismo. Isso porque alimentam a revolta instintiva das massas contra o sistema de exploração do trabalho. E só não tem convertido em processos revolucionários dado à contenção imposta pelos reformistas mascarados de classistas, que não passam de lacaios dos governos e dos partidos burgueses. As campanhas mentirosas que são aprovadas em tais reuniões têm sido utilizadas pelos partidos reformistas, como o PT e todas as vertentes da Social-

Democracia, para amenizar os efeitos da superexploração do trabalho e das medidas neoliberais, impostas pelos países credores. É o caso, por exemplo, da "Campanha contra a Fome" do Sr. Betinho, do "Desemprego", do Plano Decenal para eliminar o analfabetismo e das inúmeras ONGs espalhadas pelas semicolônias.

Diante da brutal crise social e da necessidade do imperialismo de intensificar a opressão nacional (através da aplicação dos planos neoliberais), para descarregar a crise de superprodução, as metrópoles, que sangram as semicolônias, são obrigadas a amenizar os seus efeitos através de tais campanhas assistencialistas. Servem de amortecedores para impedir a ampliação da luta de classe.

Porém, essas ações imperialistas têm efeito limitado, porque não são capazes de solucionar nada. Ao contrário, a tendência é o agravamento. O capitalismo não pode reduzir o desemprego. Mais do que nunca necessita do exército de desempregados para ampliar a superexploração. Não é capaz de incorporar essa vasta massa de famintos ao mercado de consumo. O que significaria criar empregos a todos e salários reais. Muito menos erradicar o analfabetismo. Não pode sequer dar escola pública e gratuita a toda a população.

Como se vê, vivemos a etapa de crise estrutural do capitalismo, onde as forças produtivas necessitam se expandir e são

bloqueadas pela propriedade monopolista privada. Essa contradição do capitalismo impede que o sistema seja capaz de erradicar seus próprios males. Isso porque implicaria em tornar a propriedade social (coletiva). Tarefa essa da revolução proletária.

ONGs: serviços do imperialismo

As ONGs do mundo inteiro se encontraram para avaliar as propostas do imperialismo. A reunião paralela das ONGs foi patrocinada pelos organismos internacionais das metrópoles. A fábula de dinheiro que foi dispendida para manter os eventos por si só selam os compromissos na execução das campanhas imperialistas.

As denúncias que foram feitas sobre os problemas sociais de nada valeram porque as ONGs necessitam do dinheiro proveniente dos Bancos Internacionais ou dos organismos imperialistas para poder sobreviver. Por isso, acabam servindo aos governos pró-imperialistas, de onde cavam parte dos recursos financeiros, ou diretamente das metrópoles.

Os trabalhadores devem rechaçar os braços do Estado e do imperialismo no seio das massas, que fazem demagogia com a fome e a miséria das massas. E, ao mesmo tempo, defender os organismos próprios dos oprimidos, saídos da luta, como os comitês de greve, de auto-defesa etc.



Bolívia

Avança a luta revolucionária na Bolívia

La Paz ocupada por grevistas

Professores, camponeses, trabalhadores de classe média, artesãos etc se mobilizaram de diferentes províncias e ocuparam La Paz, para libertá-la com sua luta do mal governo gonista, instrumento dos gringos, da antipátria, do imperialismo.

Os grevistas lutam contra as leis malditas, para salvar a escola de sua destruição, para evitar que as empresas estatizadas caiam nas mãos das multinacionais. Lutam para libertar as massas camponesas da escravidão, lutam contra a erradicação forçada da coca, porque assim quem os ianques.

É necessário libertar o país da opressão imperialista. É o que procuram os grevistas.

O movimento é poderoso como demonstram nas ruas as últimas mobilizações, diante de um governo cambaleante, incapaz de governar, extremamente débil. É chegado o momento de ajustar contas com os inimigos do

país, que usurpam o poder. Para ganhar a batalha pela libertação dos bolivianos, para impor a auto-determinação, o livre-cultivo, comercialização e industrialização da folha de coca, todos devemos nos somar à greve geral, ao bloqueio das estradas, ao uso da violência revolucionária para neutralizar a violência do oficialismo.

Os trabalhadores, camponeses, professores, estudantes, devem se organizar nas bases, controlar seus dirigentes para que não traiam, armar-se e formar piquetes de auto-defesa, tudo para poder vencer os obstáculos que levantará o governo entreguista.

(extraído do Jornal Massas Boliviano - nº1453)

Internacional

Um chamado do POR boliviano

Soldados: marchar junto do povo e disparar contra os generais e governantes

O povo está nas ruas lutando pela libertação de todos os oprimidos e explorados, por teus pais, por teus irmãos, por obter melhores salários e melhores condições de vida e trabalho.

Por isso, unam-se ao povo em luta e disparem contra seus opressores, contra os generais e os governantes vendidos por ouro ao imperialismo, contra os ladrões e os narcotraficantes



Imperialismo americano ajuda turcos a massacrem curdos

As forças armadas turcas têm realizado uma ofensiva contra a população curda. Os ataques militares terrestres, bombardeio e saques se voltam contra os curdos e se estendem ao território iraquiano. Os aviões americanos têm auxiliado a repressão turca com informações e apoio tático.

Os curdos são uma nação sem país. Espalham-se por três países e são reprimidos em todos eles. No norte do Iraque, convivem com as ameaças de massacres do governo ditatorial de Saddam Hussein de um lado e com a ameaça do imperialismo americano e dos seus aliados turcos de outro. As tropas americanas ocupam o norte e o sul do Iraque desde a Guerra do Golfo de 1991. É a chamada "Zona de Exclusão", que significa que metade do Iraque é controlado pelos Estados Unidos. A Turquia é um dos aliados dos americanos na região. Tem enfrentado a resistência dos curdos, que reivindicam a independência do Curdistão.

O imperialismo americano se apresentou na imprensa internacional como defensor dos curdos contra Saddam Hussein. No Iraque, interessa ao governo americano encurralar Saddam Hussein e submeter o Iraque e todo o Oriente Médio. A importância da região é que trata-se do principal pólo produtor de petróleo do mundo. O imperialismo

não admite ficar sem o controle da fonte energética, e procura submeter os países da região ao seu controle.

Na Turquia, país aliado do imperialismo, os curdos são uma ameaça, que pode se estender a todo o Oriente Médio. Por isso ajudam os turcos a massacrem os curdos.

O fundamental é que não é possível a independência e unidade nacionais e a autodeterminação dos povos sob a opressão imperialista. E as burguesias nacionais decadentes e submissas mostram-se incapazes de enfrentar o problema da opressão nacional. Cada avanço imperialista no mundo o fortalece para explorar os operários de todos os países. Por isso, os revolucionários se colocam sempre do lado de um país atrasado contra a opressão do imperialismo, e apontam que só a luta anticapitalista pode acabar de fato com a opressão nacional.

Defendemos incondicionalmente os curdos contra a agressão imperialista disfarçada de turca. E apontamos que a solução dos problemas dos povos árabes passa pela luta antiimperialista das massas turcas, curdas, iraquianas etc. Que os árabes resolvam seus próprios problemas. Direito de Autodeterminação para os curdos. Fora o imperialismo do Oriente Médio.

Acaba de ser publicado o número 5 da Revista Revolução Proletária, órgão do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Traduzimos sua apresentação.

Diante da insuportável opressão imperialista com seus planos neoliberais, nos opomos com a Frente Única Antimperialista.

Nos últimos meses se manifestou abertamente um dos aspectos da desagregação imperialista, que é o descalabro das moedas das metrópoles, rompendo-se as paridades fixadas artificialmente.

As conseqüências são terríveis para os países endividados, uma vez que se elevam as taxas de juros e se multiplicam as dívidas, além dos efeitos devastadores que produz a intervenção do capital financeiro. Este nem bem realiza um bom ganho e logo se retira, procurando mercados sempre mais rentáveis.

No entanto, também nos últimos meses, puseram a nu o fracasso total das receitas neoliberais, que não têm feito senão aprofundar o atraso das colônias e semicolônias, abrindo

seus mercados, destruindo sua capacidade produtiva, apropriando-se de seus recursos naturais e das empresas públicas, golpeando duramente as condições de vida das massas, multiplicando o desemprego.

O México, "sócio favorecido" do amo imperialista, foi por onde arrebitou a crise, pondo em pânico as bolsas e economias de numerosos países. O NAFTA, primeiro passo em forma de bloco para a anexação colonial da América Latina ao imperialismo norte-americano, começou a pegar fogo. México é apenas a ponta do iceberg.

Também entraram em crise, na Europa, as relações econômico-monetárias, ficando ameaçada a unidade européia, arquitetada na medida das principais multinacionais do continente.

Enquanto as condições de opressão sobre as semicolônias se agudizam ao extremo, as burguesias nacionais capitulam diante do imperialismo cedendo às suas exigências. O proletariado está chamado a tomar em suas mãos a tarefa da emancipação nacional frente ao imperialismo dirigindo as massas exploradas do campo e da cidade, imprimindo sua própria direção política. Para tal é imprescindível pôr em pé frentes antimperialistas já que o proletariado

sozinho não poderá consumir a revolução social.

O México também põe a nu a crise de direção revolucionária, em momentos de condições excepcionais para o desenvolvimento da revolução, tanto em nível nacional como internacional. Esta é a tarefa do momento: pôr em pé partidos revolucionários quartainternacionalistas, armados da estratégia da ditadura e revolução proletárias. É necessário fortalecer o trabalho do Comitê de Enlace que luta denotadamente por construir o partido mundial da revolução socialista.

É hora de travar a luta final contra os reformistas, contra os restos do estalinismo, que trabalham para impedir que a classe operária materialize sua independência de classe, são um obstáculo permanente.

É hora de defender o POR boliviano ameaçado e perseguido pelo governo de Goni em um quadro de uma situação revolucionária que tende a potenciar-se e é hora de desenvolver também uma campanha internacional de defesa do EZLN, contra as medidas repressivas fascizantes do governo de Zedillo sustentado pelos EEUU, pronunciamo-nos contra seu desarme, pacífico ou violento.

Internacional



O POR faz parte do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, juntamente com o POR boliviano, o Comitê Construtor do POR Argentino e o Comitê Construtor do POR chileno

Já chegou!
Revista
Revolução
Proletária nº 5
Adquira com o distribuidor deste jornal
R\$ 4,00

